


## MOVIMENTO PELA BASE E O PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

### *MOVIMENTO PELA BASE AND THE PUBLICIZATION PROCESS OF CURRICULAR POLICY IN BASIC EDUCATION*

Andressa Garcia de Macedo<sup>1</sup> - UEM 

Jani Alves da Silva Moreira<sup>2</sup> - UEM 

Maria Eunice França Volsi<sup>3</sup> - UEM 

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do Movimento Pela Base (MpB) e a política do terceiro setor no processo de publicização da política curricular da Educação Básica (EB). A problematização apresenta os conceitos que tomam *corpus* de discurso no processo de formulação e implementação da BNCC. Trata-se dos resultados de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, no qual os procedimentos metodológicos visaram apreender o contexto de surgimento do MpB e sua afinidade com as formulações da política de Terceira Via. Os resultados obtidos comprovaram que o movimento do empresariado no processo de formulação e implementação da política curricular para a EB no Brasil, sobretudo no período de 2013 a 2018, foi mediado por articulações entre o setor público e organizações da sociedade civil, por meio do terceiro setor, proporcionando assim, a participação das redes políticas, no processo de elaboração e implementação de políticas curriculares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política curricular; Educação Básica; Publicização

#### ABSTRACT

This article aims to analyze the Movimento Pela Base (MpB) and third sector policy. It presents a critical discussion and concepts grounded in the discourse surrounding the formulation and implementation of the BNCC (National Common Curricular Base). The study is based on qualitative, bibliographic, and exploratory research, in which the methodological procedures sought to understand the context in which the MpB emerged and its alignment with Third Way policy formulations. The results confirmed that the involvement of the business sector in the process of formulating and implementing curricular policy for Basic Education in Brazil, especially between 2013 and 2018, was mediated by cooperation between the public sector and civil society through the third sector. This enabled the participation of policy networks in the development and implementation of curricular policies.

**KEYWORDS:** Curricular policy; Basic Education; Publicization

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela UEM. Licenciada em Pedagogia pela UEM. E-mail: [dessa.kenes@gmail.com](mailto:dessa.kenes@gmail.com).

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Educação pela UFPR. Doutora em Educação pela UEM. Docente Associada do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM. Líder do GEPEFI/CNPq. E-mail: [jasmoreira@uem.br](mailto:jasmoreira@uem.br).

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela UEM. Mestre em Educação pela UEM. Docente Associada do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM e Vice-líder do GEPEFI/CNPq. E-mail: [mefvolsi@uem.br](mailto:mefvolsi@uem.br).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto é resultado de uma pesquisa de Mestrado<sup>4</sup> em Educação desenvolvida no período de 2019 a 2021 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, de cunho teórico e bibliográfico no qual se utilizou da metodologia de análise documental. Neste artigo, o objetivo é analisar a atuação do Movimento Pela Base (MpB) e a política do terceiro setor no processo de publicização da política curricular da Educação Básica (EB), por meio de uma contraposição crítica, a fim de apreender como atuam as redes políticas no processo de formulação da política curricular para a EB.

Para dar conta do proposto, compreende-se a relação dos pressupostos do surgimento do MpB e sua afinidade com as formulações da política da Terceira Via. Posteriormente, examina-se a perspectiva neoliberal que proporciona embasamento para a atuação social do terceiro setor, a fim de demonstrar a atuação do movimento do empresariado no processo de formulação e implementação da política curricular para a EB no Brasil, sobretudo no período de 2013 a 2018, no qual o Brasil vivenciou um contexto intenso de acirramento da reforma empresarial da educação, permeada pelo neoconservadorismo, e ultraneoliberalismo.

A noção de publicização mobilizada nesta investigação remete à permanente tensão entre as esferas do público e do privado, categorias cuja interdependência é sublinhada por Bobbio (2011). Para o autor, essa dicotomia se concretiza por meio de dois movimentos simultâneos e imbricados: a **publicização do privado** e a **privatização do público**. O primeiro exprime o predomínio dos interesses coletivos, mediados pela ação do Estado sobre os interesses individuais, processo pelo qual o Estado adentra e incorpora crescentemente os domínios da sociedade civil. Em contrapartida, o segundo movimento, evidencia a reconfiguração das fronteiras públicas pela lógica privatista, no qual se expressa na atuação de grupos econômicos que instrumentalizam estruturas estatais em benefício de seus próprios projetos (Bobbio, 2011).

O conceito de publicização refere-se à ampliação do espaço público por meio da transferência de funções antes estatais, para as entidades da sociedade civil, sob os auspícios da democratização da gestão e promoção da participação, todavia, se embasa no gerencialismo da Nova Gestão Pública (NGP). No Brasil, essa dimensão da publicização se torna crescente na década de 1990, com a reforma empreendida no aparelho de Estado, no qual medidas de ‘publicização do privado’, foram delegadas pelo Estado nas funções referentes “[...] a produção de bens e serviços” para a sociedade civil e a iniciativa privada, pois na visão neoliberal, estes ao executarem os serviços apresentam maior eficácia, enquanto que o valor repassado à população é menor (Cardoso, 2005, p. 15).

Atualmente observa-se uma ampliação da privatização do público, o que corresponde à apropriação de aparatos públicos por grupos empresariais, e por parcerias-público-privadas (PPP) com Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que ocasionam a subordinação do público aos interesses do mercado, de modo que deixa de existir um Estado de bem-estar social, para o favorecimento de um Estado que favorece os interesses privados. Assim, é possível inferir que a ‘publicização do privado’, evidenciada por Bobbio (2011), ocorre por intermédio da participação das organizações filantrópicas sem fins

<sup>4</sup> A dissertação de Mestrado em Educação foi desenvolvida no período de 2019 a 2021 intitulada “Políticas curriculares para a educação básica e a participação do Terceiro Setor: atuação do Movimento Pela Base Nacional Comum e Redes de Políticas (2013 a 2018)”, sob orientação da Dra. Jani Alves da Silva Moreira e co-orientada pela Dra. Maria Eunice França Volsi (Macedo, 2021).

lucrativos, no processo de decisão da política curricular. Com isso, origina-se um terceiro setor que utiliza seus 'benefícios' para favorecer os interesses particulares.

Embora o Movimento pela Base Nacional Comum (MpB) tenha se estruturado mais claramente no período correspondente ao governo Dilma Rousseff (2011–2016), já havia, anteriormente, sinais evidentes de articulações entre setores empresariais no campo educacional, com vistas à unificação de propostas e diretrizes. Conforme assinala Freitas (2015), a formalização do Movimento remonta a abril de 2013, ocasião em que se realizou o seminário internacional *Liderando Reformas Educacionais*. A partir desse evento, consolidou-se uma coalizão heterogênea, integrada por sujeitos com trajetória consolidada em instituições de destaque na educação brasileira, que passou a atuar de forma coordenada em prol da elaboração e implementação da Base Nacional Comum, empreendendo estratégias voltadas à aceleração e viabilização desse processo (Freitas, 2015).

Seria possível inferir, de acordo com Freitas (2015), que o início do MpB ocorreu no Seminário Internacional realizado em New Haven, Estados Unidos, na Universidade de Yale, de 21 a 24 de abril de 2013, com o sugestivo título “*Liderando reformas educacionais: fortalecendo o Brasil para o século XXI*”. Assim, é possível encontrar no *site* da Câmara dos Deputados a informação de que uma delegação participou, em caráter de Missão Oficial, a convite da Fundação Lemann e da Universidade de Yale, do referido evento. No Requerimento 227/2013 CE (Brasil, 2013b), consta que os parlamentares convidados foram os Deputados(as) Alex Canziani (PTB/PR), Artur Bruno (PT/CE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Manoela D’ávila (PCdoB/RS) e Raul Henry (PMDB/PE) (Brasil, 2013b).

É importante destacar que, em um discurso proferido no Plenário, na semana seguinte de sua participação no referido seminário, o Deputado Alex Canziani (PTB/PR), afirma:

Através desse seminário, nós pudemos acompanhar as experiências dos Estados Unidos com sua situação: o **common core**<sup>5</sup>, cujo debate queremos trazer para o Brasil. Trata-se do **currículo único** para a educação brasileira. [...] A ideia é que nós possamos, através dos secretários estaduais de educação, através dos secretários municipais, do próprio MEC, fazer uma discussão sobre currículo (Brasil, 2013c, grifo nosso).

Diante desse cenário, de mecanismos transnacionais envolvidos na definição de uma política curricular, ganha centralidade a formulação de um documento orientador do currículo da Educação Básica no país. Esse movimento de padronização curricular, materializado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pode ser compreendido à luz do conceito de bricolagem desenvolvido por Ball (2001). A produção de políticas educacionais, na visão do autor, caracteriza-se por ser um processo híbrido e não linear, marcado pela apropriação seletiva de ideias oriundas de distintos contextos, pela adaptação de práticas locais preexistentes, pelo ecletismo teórico e pelo investimento oportunista em soluções que aparentem eficácia. As políticas, portanto, não emergem como construções homogêneas ou estáveis, mas como arranjos provisórios e politicamente negociados, continuamente reelaborados por meio de múltiplas instâncias de influência, mediação e implementação, sendo, por fim, ressignificados nos espaços concretos da prática (Ball, 2001). Compreende o autor, que apesar de alguns países apresentarem histórias políticas de bem-estar social distintas, pode ocorrer convergência na elaboração de políticas educacionais. Na visão de Moreira (2015) significa que, no processo de elaboração de

<sup>5</sup>Em sua tradução literal, *Common Core* significa núcleo comum, podendo ser definido como o padrão curricular norte americano, no qual detalha o que se deve ensinar ao aluno norte americano (Common Core, 2020).

uma política ocorre a união de diferentes elementos, para que os resultados alcançados sejam semelhantes aos dos demais países que se comprometem a cumprir acordos propostos pelos organismos internacionais.

Ao analisar o projeto de sociedade contido na perspectiva e atuação do MpB para a EB, buscou-se subsídios teóricos-conceituais sobre a conjuntura política da década de 1990 no Brasil, pois foi a partir desse momento histórico que o projeto político da Terceira Via ganhou visibilidade e atuação no país. Compreender as implicações desse projeto foi fundamental para apreender a dinâmica de fundação do MpB. Para tanto, em um primeiro momento o texto apresenta a compreensão do neoliberalismo e o seu correlato projeto, a Terceira Via, identifica as bases e os fundamentos do que se entende por terceiro setor. Posteriormente, compreende-se o contexto que propiciou a atuação do terceiro setor na política curricular brasileira, por meio de atuação de organizações sem fins lucrativos, no âmbito da política curricular para a EB. Por fim, analisa-se a atuação do Movimento pela Base (MpB) como expressão das redes políticas e empresariais que, articuladas a partir da lógica da governança e da Nova Gestão Pública, contribuem para a publicização da política educacional, demonstrando a reconfiguração do papel do Estado e a centralidade das parcerias público-privadas na formulação e implementação da BNCC.

## DA INFLEXÃO NEOLIBERAL À ALTERNATIVA DA TERCEIRA VIA

O prefixo ‘neo’, no termo neoliberalismo, caracteriza uma nova leitura do liberalismo para as condições do capitalismo no século XX. O liberalismo, por sua vez, é uma doutrina política formulada no século XVIII, tendo como principal teórico Adam Smith, em seu clássico *A riqueza das nações* (1996). O liberalismo surgiu como uma doutrina que desafiava as restrições feudais ao comércio, momento em que desempenhou um papel revolucionário (Moraes, 2001). Para compreender o neoliberalismo se faz necessário situar a sua diferenciação histórica, ou seja, apreender as ideias centrais do liberalismo clássico e contra quem são direcionadas. Para Moraes (2001, p. 11), os pensamentos mestres do liberalismo se movem contra “[...] as instituições reguladoras do feudalismo, das corporações de ofício e do Estado mercantilista”. Nesse sentido, o liberalismo clássico correspondeu à “[...] ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão” (Moraes, 2001, p. 10).

Conforme ressalta Moraes (2001), o conceito de neoliberalismo é polissêmico, embora apresente um núcleo comum em suas interpretações: a evocação de um modelo tido como ideal. Essa retomada de um paradigma idealizado se manifesta em duas frentes principais. Primeiramente, verifica-se a revalorização e atualização dos princípios do liberalismo clássico e do conservadorismo que marcaram os séculos XVIII e XIX. Em segundo plano, os defensores dessa perspectiva também advogam o retorno a uma configuração econômica que, embora breve em sua duração histórica, teria representado um momento de ampla integração mundial, caracterizado pela liberdade de movimentação de capitais e mercadorias, sob a vigência do padrão ouro como sistema monetário (Moraes, 2001).

Pode-se inferir que o projeto neoliberal é impulsionado, a partir da década de 1970 essencialmente pela política internacional adotada pelo BM, assim como o FMI, o que propicia um Estado gerenciado pelas leis do mercado, em vez de um Estado fornecedor do desenvolvimento econômico e social, de maneira que as possibilidades de interferência internacional na elaboração de políticas públicas expandem-se.

A questão que norteia a discussão neoliberal em relação ao Estado está na concepção de liberdade individual<sup>6</sup>, assim como é apresentada no liberalismo clássico. Nessa perspectiva, Hayek (1983, p. 6) afirma que, por meio da liberdade, o indivíduo tem “[...] assegurada uma esfera privada, que exista certo conjunto de circunstâncias no qual outros não possam interferir [...]”, ou seja, o Estado responsabiliza-se somente por estabelecer normas gerais, visto que o objetivo não é produzir uma discriminação entre as pessoas.

O projeto político-neoliberal consiste em uma doutrina de administração da economia capitalista, isto é, uma “[...] teoria das práticas político-econômicas” (Harvey, 2013a, p.12). A principal premissa desse projeto é a do livre mercado, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses, criam o máximo de benefício para todos, portanto o mercado livre e não regulamentado é melhor para o crescimento e desenvolvimento da população.

A fundamentação teórica da doutrina neoliberal provém do período pós-Segunda Guerra Mundial, um dos marcos de fundação do bloco histórico fordista-keynesiano, do qual “[...] o neoliberalismo surge como uma ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados às classes dominantes” (Castelo, 2013, p. 217). Destaca-se que, após ao longo período de expansão de pós-guerra, entre os anos de 1945 e 1973, a forma de organizar a força de trabalho com o propósito de acumulação de capital “[...] teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (Harvey, 2013a, p. 119).

A teoria política do neoliberalismo teve como marco teórico o lançamento do livro *O caminho da servidão*, publicado em 1944, de autoria do filósofo austríaco Friedrich Von Hayek (1899-1992)<sup>7</sup>, o qual declara que o livro é uma obra política, de senso contrário ao intervencionismo do Estado e defende uma sociedade livre. A obra foi endereçada a uma classe em particular de leitores britânicos, isto é, aos socialistas de todos os partidos. Hayek (2010, p. 63) expõe que “[...] é de extrema importância ter em mente que a nossa crítica visa exclusivamente ao planejamento contrário à concorrência – o planejamento que pretende substituir a concorrência [...]”, ou seja, o teórico não defende uma reedição do *laissez-faire*<sup>8</sup>, uma vez que reconhece o dever do Estado em regulamentar determinadas atividades produtivas, propiciar determinados serviços sociais e elaborar legislações trabalhistas. A partir de então, formaram-se as ‘escolas neoliberais’, como a Escola austríaca, liderada por Hayek; a Escola de Chicago, liderada por Schultz e Becker, ligados à teoria do capital humano<sup>9</sup>, e por Milton Friedman (1912-2006) e seus Chicago Boys; além da Escola de Virgínia, liderada por James Buchanan (1919-2013) (Moraes, 2001).

<sup>6</sup> Entende-se por liberdade individual aquela em que o Estado, no qual o homem se encontra, não está sujeito a coerção pela vontade de outrem (Hayek, 1983).

<sup>7</sup> Hayek foi diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas (1927-1931) e docente da London School of Economics (1931-1950) e da Universidade de Chicago (1950-1962).

<sup>8</sup> Nas palavras de Sandroni (1999, p. 329), *laissez-faire* significa “Deixar Fazer, Deixar Passar”. Palavras de ordem do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. O lema foi cunhado pelos fisiocratas franceses no século XVIII, mas a política do *laissez-faire* foi praticada e defendida de modo radical pela Inglaterra, que estava na vanguarda da produção industrial e necessitava de mercados para seus produtos. Essa política opunha-se radicalmente às práticas corporativistas e mercantilistas, que impediam a produção em larga escala e resguardavam os domínios coloniais. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia.

<sup>9</sup> A teoria do capital humano compreende que “[...] muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano” (Schultz, 1973, p. 31). São exemplos os gastos diretos com a educação, com a saúde. Toda “[...] utilização do tempo de lazer para a melhoria de capacidades técnicas e de conhecimentos” com vistas ao rendimento do trabalhador seria um investimento em capital humano (Schultz, 1973, p. 32). O investimento em capital humano contribuiria com o crescimento econômico.



Viana (2008) argumenta que o modo de produção capitalista constitui a base explicativa primordial para as transformações de ordem estatal e ideológica, invertendo a lógica que atribui às ideologias o papel de motor dessas mudanças. Por conseguinte, compreende-se que o advento do neoliberalismo se inscreve como desdobramento das reconfigurações internas do próprio capitalismo. Nessa mesma direção, Ball (2014) amplia o entendimento ao destacar que o neoliberalismo não pode ser reduzido a um simples processo de privatização ou de enfraquecimento do Estado. Ainda que tais elementos façam parte do seu arcabouço, o autor sublinha que o neoliberalismo opera ativamente sobre as instituições públicas, valendo-se do Estado não apenas como instância de legitimação, mas sobretudo como agente regulador e promotor da lógica mercadológica (Ball, 2014).

Nessa acepção, o neoliberalismo favorece as parcerias público-privadas no âmbito educacional, no qual se propaga um projeto que objetiva reconstruir a educação pública como indústria global que realiza serviços educacionais, ou seja, uma educação pública dirigida a uma sociedade de mercado em que os serviços educacionais são governados por meio das parcerias público-privadas (Robertson; Verger (2012). Na visão de Ball (2014), o neoliberalismo é disseminado por meio da parceria entre o público e o privado, de modo que a propriedade permanece estatal, mas sob os auspícios do mercado, principalmente no processo de gestão do Estado e do governo, o que se denomina como quase-mercado<sup>10</sup>; nesse sentido, as parcerias entre o setor público e o setor privado correspondem à nova governamentalidade do terceiro setor, sendo projetada no neoliberalismo; é nesse sentido que os neoliberais olham para a educação, ou seja, uma educação baseada no livre mercado, no qual a concorrência trará a eficiência. Freitas (2018) completa que a expressão quase-mercado não existe no neoliberalismo, pois uma vez que se inicia o processo de parceria, em que se tem a lógica de mercado na gestão, ocorre a inserção no livre mercado, visto que a forma de controle político e ideológico são ditados pela mantenedora privada.

De acordo com Harvey (2013b, p. 13), “[...] os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência [...]”, no campo da educação, na área da comunicação, na sociedade civil e, principalmente, em instituições internacionais como o FMI e o BM, que contribuíram para a propagação do consenso neoliberal. Foi com base nessa teoria que foram criados alguns *slogans*, um deles, o da liberdade individual, uma vez que a “[...] defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe (Harvey, 2013a, p. 50). Com tal concepção, o Estado é evidenciado como “[...] inimigo da geração da qualidade social, pois é um mau gestor” (Freitas, 2018, p. 31).

As premissas neoliberais são a base do que se conhece como medidas do *Consenso de Washington*. Em 1989, na capital dos Estados Unidos da América, ocorreu um encontro que foi intitulado inicialmente de *Latin American Adjustment: How Much Happened?* e, posteriormente, recebeu a denominação, informal, de *Consenso de Washington*; nesse encontro, participaram o BM, FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como economistas latino-americanos, com vistas a avaliar medidas para a reforma econômica mundial, notadamente, para a América Latina (Batista, 2001).

As conclusões desse encontro conhecido como *Consenso de Washington*, avaliavam a necessidade da abertura da economia dos países latino-americanos ao mercado internacional, como meio de modernizar o mercado. As principais premissas diziam respeito ao “[...] excessivo crescimento do Estado [...] excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em números

<sup>10</sup> Segundo Vincent Vanderberghe (2002), quase-mercado pode ser compreendido como uma combinação entre o princípio do financiamento público – acompanhado por controles de Estado – e o enfoque de mercado e competição na educação.

excessivos” (Bresser-Pereira, 1991, p. 6). Nesse sentido, o Consenso discutiu a respeito da necessidade de reformar o Estado, no que concernia à formulação e execução de políticas em determinadas áreas, como nas áreas da saúde e da educação, ou seja, determinados setores deveriam solucionar seus problemas por meio da liberalização econômica.

A adoção das medidas conhecidas como Consenso de Washington foi favorecida por eventos históricos marcantes, como o colapso do regime comunista na Europa Oriental e a queda do Muro de Berlim, os quais moldaram um cenário internacional ideal aos interesses dos Estados Unidos. Nesse contexto, consolidou-se uma nova hegemonia ideológica, ancorada no pensamento neoliberal, que ganhou força por meio das formulações teóricas de diferentes correntes econômicas, como a escola austríaca (Hayek, Von Mises), o monetarismo (Friedman, Phelps, Johnson), os novos clássicos das expectativas racionais (Lucas, Sargent) e a teoria da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen), conforme expõe Bresser-Pereira (1991).

Baseado nas proposições de John Williamson, do Institute for International Economics, o economista Bresser-Pereira (1991) sistematiza o Consenso de Washington em dez diretrizes centrais. Entre elas destacam-se: o controle rigoroso das contas públicas visando eliminar déficits fiscais; a reorientação dos gastos públicos, com cortes em subsídios e ampliação dos investimentos em saúde e educação; uma reforma tributária voltada para a ampliação da base de arrecadação e a moderação das alíquotas; a fixação das taxas de juros e de câmbio pelo mercado, com ênfase na competitividade; a abertura comercial com foco nas exportações; a liberdade para o capital estrangeiro direto; o processo de privatização das estatais; a desregulamentação da economia; e a garantia jurídica dos direitos de propriedade.

Assim, é possível observar os limites políticos e econômicos da teoria neoliberal nos últimos anos do século XX, em que se percebeu que a ideologia do livre mercado não se efetivou por meio dos benefícios globais. Como bem assevera Martins (2007, p.58) “[...] o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal não criou uma base estável como pensavam seus idealizadores e adeptos”. Observa-se que o conjunto de medidas neoliberais não propiciou uma base sólida para proporcionar a coesão social, o que ocasionou uma inflexão no projeto neoliberal ortodoxo, assim, o resultado foi o surgimento de uma vertente teórica denominada social-liberalismo, com vistas à manutenção da coesão social, mas sem abandonar a economia de mercado.

Nessa perspectiva, a política da Terceira Via teve como principal formulador o sociólogo britânico Anthony Giddens. Essa teoria política se consolidou no movimento dos Novos Democratas, nos Estados Unidos, e no Novo Trabalhismo, na Inglaterra, ligados a Bill Clinton e Tony Blair, eleitos em 1992 e em 1997, respectivamente. A análise das circunstâncias, desenvolvida pelo teórico da Terceira Via, Anthony Giddens (1996, 2001a, 2001b, 2001c, 2007), entende que devido às mudanças que ocorreram mundialmente, tanto a esquerda, representada pela velha socialdemocracia<sup>11</sup>, quanto a direita<sup>12</sup>, representada pelo neoliberalismo, não representam caminhos viáveis para conduzir a política econômica mundial. Compreende-se que a Terceira Via correspondeu a um projeto que tem como cerne a força da economia e da sociedade para se revigorarem mutuamente, constituindo o que acreditam ser a boa política (Latham, 2007).

<sup>11</sup> A socialdemocracia se formou, historicamente, em meados do século XIX, como resultado da organização dos partidos de tendência comunista. Durante o século XX, os partidos social-democratas perdem seu objetivo revolucionário e passam a defender um caminho reformista do capitalismo.

<sup>12</sup> O termo direita é antitético de esquerda “[...] que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar os contrastes entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (Bobbio, 2011, p. 49).

No final do século XX, o neoliberalismo começou a viver um período de escassez em suas propostas, o que ocasionou o avanço de perspectivas progressivas (Castelo, 2013), e propiciou o incentivo a um novo programa político, que teria como representante o teórico Giddens (1996), com sua proposta de Terceira Via. Giddens (2001a) entendia como necessário criar uma alternativa política para o progresso das nações, ou seja, nem a primeira via, que se referia às ideias socialistas tradicionais, e nem a segunda via, que se refere ao neoliberalismo com fundamentalismo no mercado, eram suficientes para resolver as demandas da economia mundial, visto que o programa político neoliberal se encontrava em crise; sendo assim, as premissas de Giddens (2001a, p. 36, grifo nosso) são:

[...] **Terceira Via** se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo.

A proposta política denominada Terceira Via configura-se como um movimento de ressignificação das bases neoliberais, articulado sob a justificativa de promover a continuidade e o aprimoramento das reformas previamente iniciadas no interior da socialdemocracia. Trata-se, portanto, de uma tentativa de oferecer um novo arranjo institucional e ideológico que permita ajustar tais processos às exigências do contexto contemporâneo. Na perspectiva de Giddens (2001a) essa elaboração emerge como resposta a um cenário de instabilidade teórica e política, no qual se observa o declínio do consenso em torno do Estado de Bem-Estar Social, sobretudo a partir da década de 1970, bem como a perda de legitimidade das matrizes explicativas de orientação marxista. Para o autor, as profundas transformações econômicas e tecnológicas vivenciadas no período contribuíram decisivamente para esse deslocamento paradigmático, tornando imprescindível a construção de alternativas que reconfigurem os fundamentos da organização política e social.

O objetivo geral da Terceira Via “[...] deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do nosso tempo: Globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (Giddens, 2001a, p. 74). O que é uma concepção individualista, visto que cada indivíduo abrirá o seu caminho e as transformações se consolidarão na esfera pessoal e não na sociedade.

A Terceira Via surge, então, como um projeto político com uma perspectiva bem definida: a de perpetuar o capitalismo. Na concepção de Giddens (2001a) diferente do neoliberalismo, que queria um Estado mínimo, e dos socialdemocratas, que defendiam um Estado máximo, a Terceira Via defendia a ideia de reconstruir o Estado. Nas palavras do autor:

A reforma do Estado e do governo deveria ser um princípio orientador da política da Terceira Via – um processo de aprofundamento e ampliação da democracia. O governo pode agir em **parceria** com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. A base econômica de tal **parceria** é o que chamarei de a nova economia mista (Giddens, 2001a, p. 79, grifo nosso).

Como é evidenciado na citação, um dos principais aspectos da ‘reconstrução do Estado’ é a parceria com a sociedade civil, de forma que essa parceria pode ser estabelecida com as ONGs, empresários e organismos multilaterais. Para tanto, é necessário que o Estado não



domine nem o mercado, nem a sociedade civil, mesmo que seja preciso a intervenção e regulação de ambos. Assim, é fundamental que o Estado e o governo propiciem direcionamentos para o desenvolvimento e para a justiça social, mas o Estado não deve ser paternalista, ou seja, o Estado deve ser forte, porém não grande, pois um Estado centralizador torna difícil a efetivação do governo, podendo o poder estatal “[...] começar a se sobrepor aos desejos e liberdades dos cidadãos” (Giddens, 2007, p. 24).

A perspectiva política da Terceira Via, que foi formulada definitivamente por Giddens, objetivava “[...] tomar uma trilha além do neoliberalismo radical dos anos 80 e do velho corporativismo estatista da democracia social pós-guerra” (Merkel, 2007, p. 84). Esse programa político redefiniu diversos conceitos políticos, dentre as redefinições pode-se destacar a mudança do papel da sociedade civil na reprodução social. Nos estudos de Bobbio (2011), o que o autor denomina como ‘Terceiro Inclusivo’ aproxima-se do que é proposto por Giddens (1996) como ‘terceira via’, isto é, o:

Terceiro Inclusivo tende a ir além dos dois opostos [Esquerda e Direita] e a englobá-los numa síntese superior, e anulando-os, portanto, enquanto tais: dito de outro modo, em vez de duas totalidades que se excluem reciprocamente e não são, como a frente e o verso da medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética (Bobbio, 2011, p. 56).

Caracteriza-se a terceira via como a perspectiva política que está para além da perspectiva política da Direita e da Esquerda, de modo que sua proposta é a revisão das políticas públicas com a finalidade de solucionar os males ocasionados pelo neoliberalismo. Essa abordagem política se coloca como distinta do projeto neoliberal, mas apresenta a mesma característica, a de perpetuar o capitalismo, pois o programa político da Terceira Via prevê uma integração maior entre Estado e sociedade civil. A integração entre ambas as esferas políticas deverá ocorrer por meio de parcerias público-privadas (Castelo, 2013), as quais propiciam soluções para questões sociais que nem a social-democracia nem o neoliberalismo foram capazes de resolver.

Nessa perspectiva, observa-se um deslocamento da participação política tradicional para formas mediadas por organizações da chamada nova sociedade civil, como aquelas de natureza não governamental, entre as quais se incluem o MpB. No entendimento de Giddens (2007), destaca-se, nesse contexto, a atuação do setor empresarial, sobretudo aquele voltado ao investimento social privado, o qual é percebido como agente estratégico na consolidação de uma cultura empresarial orientada ao interesse público. Conforme a análise de Castelo (2013), tal concepção implica reconhecer que o programa político da Terceira Via não se limita à promoção do desenvolvimento econômico via mercado, mas amplia sua atuação ao incorporar a racionalidade empresarial na formulação e execução de ações sociais. Nessa lógica, busca-se fomentar, por meio do protagonismo empresarial, a constituição de capital social como um dos pilares das novas formas de intervenção sociopolítica.

Mediante seus projetos sociais, o empresariado auxiliará os indivíduos que são excluídos a conquistarem, de acordo com suas capacidades, melhores condições de vida, bem como de bem-estar social. A partir desses preceitos, é que ocorre a participação de organizações, como o MpB, no processo de elaboração e implementação de políticas educacionais no Brasil, notadamente na política curricular.

A participação de organizações não governamentais na política brasileira ocorreu mediante a inflexão no projeto neoliberal, devido ao fato de a base econômica não ter solidez, nesse projeto, para manter a coesão social; como resultado disso, houve o surgimento de uma vertente denominada social-liberalismo, que objetivou a manutenção da referida coesão.

## ESTADO ARTICULADOR DA AGENDA PRIVATIZANTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Cabe destacar que para a compreensão sobre a relação Estado, Educação e Política Educacional, um dos encaminhamentos metodológicos utilizados foi a seleção<sup>13</sup> de documentos de política nacional e internacional para a análise documental. A análise dos documentos amparou-se na abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, conforme sistematizado por Evangelista; Shiroma (2018). Para as autoras, o trabalho com documentos de política demanda muito mais do que uma leitura técnica, mas uma apreensão crítica das contradições históricas, das relações sociais e das disputas de projetos que atravessam a formulação e implementação dessas políticas. Os documentos são compreendidos como expressões da luta de classes, mediadas por interesses antagônicos que se manifestam na materialidade textual e normativa. Assim, na análise documental desenvolvida assumiu-se um caráter investigativo que visou ultrapassar a descrição, articulando categorias marxistas como totalidade, mediação e contradição (Cury, 1987), na qual reconheceu-se o documento como parte integrante do processo histórico em que se insere e portador de intencionalidades ideológicas e políticas específicas.

Ao propor a compreensão dos pressupostos históricos da participação do terceiro setor na implementação e formulação da política curricular da EB brasileira, faz-se necessário inserir esse debate no contexto da reforma do Estado, a partir da década de 1990, a fim de analisar a articulação realizada pelo Estado no processo de privatização da política curricular e identificar as parcerias realizadas pelo setor público e setor privado. A partir dessa reconfiguração do Estado, foram desencadeadas implicações que propiciaram mudanças na relação entre o setor público e o terceiro setor. Esta alteração é denominada por Moreira (2015, p. 50) como uma mudança na governança pública, que diz respeito “[...] à prioridade do setor econômico em detrimento do setor político, do capital em detrimento da ação do Estado, do Mercado em detrimento da democracia, do lucro em detrimento da justiça social” (Moreira, 2015, p. 20).

As redefinições do papel do Estado brasileiro, no âmbito das políticas educacionais, são guiadas por seu caráter regulatório, que interferiu diretamente na implementação de políticas educacionais, visto que o Estado se tornou uma estrutura que organiza o modo de produção capitalista, como conceitua Cury (1987, p. 55),

[...] o Estado, com sua estrutura burocrática, tende a perder o caráter ambíguo de apenas ser o regulador da economia e árbitro da sociedade. Redefinido como pressuposto geral da produção, tenta criar e manter as condições de acumulação. Por outro lado, o próprio processo de acumulação e concentração gera uma série de tensões, que desafiadoramente impõem ao Estado a função de harmonia social que satisfaçam certos interesses das classes dominadas, desde que se mantenham nos limites permitidos pelas classes dominantes.

<sup>13</sup> Os documentos selecionados foram: Banco Mundial (1992); Unesco (1990); Brasil (1988); Brasil (1991a); Brasil (1991b); Brasil (1998b); Brasil (1998a); Brasil (1999); Brasil (2021) e Brasil (2013c), como também sites do Todos pela Educação, Movimento pela Base e Common Core.

O Estado é considerado como uma instância que regula o sistema capitalista, de maneira que se adéqua aos propósitos das classes sociais que dele se empossam com vistas a exercer a hegemonia da dominação. Estabelece-se aqui uma relação entre a formulação de políticas e a administração pública, pois as políticas voltadas para a educação devem ser compreendidas como parte de um movimento maior que demonstra os desafios para a esfera pública, em virtude da aproximação do setor público com o privado.

Para Osborne e Gaebler (1997), teóricos norte-americanos, que apregoam as premissas de um Estado de mercado empreendedor, o oposto de um Estado que cria burocracia para prestar serviços é propiciar a estruturação do mercado, de forma que se torna:

[...] uma terceira alternativa, entre os programas<sup>14</sup> administrativos preconizados pelos liberais e o desejo, manifestado pelos conservadores, de que o governo não se intrometa com as forças do mercado. É uma forma de usar a alavancagem do setor público para orientar as decisões dos agentes privados, de modo a alcançar metas coletivas (Osborne; Gaebler, 1997, p. 309).

Em decorrência disso, a atividade desenvolvida pelo Estado implica em um governo ativo, mas não burocrático. Esta forma de governo pode ser encontrada no Brasil, a partir da década de 1990, no contexto da reforma do Estado, pois um dos motivos de se fazer a reforma foi a burocracia estatal, pois “[...] a globalização tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções” (Bresser-Pereira, 2005, p. 238); assim, o papel do Estado é de facilitador da economia nacional. A curto prazo, a reforma do Estado nessa década, ocorreria no âmbito do ajuste fiscal, sendo realizado, principalmente, por meio da exoneração de funcionários, devido ao excesso de quadros, a médio prazo, o objetivo era “[...] tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos” (Bresser-Pereira, 2005, p. 257). Assim, mediante a reforma, ocorreria a transferência de uma administração burocrática para uma gerencial, sendo que se aproveitaria das conquistas da antiga administração e eliminaria o que não servisse.

As políticas educacionais formuladas e implementadas deve ser compreendida como constituinte de algo maior, visto que “[...] o processo educacional deve considerar características do momento histórico do qual ele é parte constitutiva” (Pires, 2015, p. 35), pois a história da política educacional brasileira, na promoção de direitos sociais, é constituída de correlação de forças entre os setores público e privado, e tem-se como consequência desafios na consolidação da esfera pública.

É importante destacar que o marco legal do terceiro setor, no Brasil, data da década de 1990, período em que se desenvolveu uma legislação que propiciou a criação e operação de entidades privadas, que possuem interesse público, não governamentais e sem fins lucrativos. Destaca-se que a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei n.º 9.732 (Brasil, 1998b) se referem à legislação que determina a transferência de recursos públicos para o terceiro setor. A Constituição (Brasil, 1988) destaca, no artigo 150, inciso VI, a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço para as instituições de educação e assistência social que sejam sem fins lucrativos, por seu turno, a Lei n.º 9.732 (Brasil, 1998b) altera os dispositivos das Leis n.º 8.212 (Brasil, 1991a) e 8.213 (Brasil, 1991b), ambas de 24 de julho de 1991, e da Lei n.º 9.317 (Brasil, 1996b), de 5 de dezembro de 1996, cujas alterações se referem à isenção de contribuição com seguridade social.

<sup>14</sup> Os autores compreendem que ao se pensar em governo surge a palavra ‘programas’ e que muitos programas são, na verdade, mecanismos de mercado.

Em 1998, a Lei n.º 9.637 (Brasil, 1998a) estabelece como organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. A lei, que foi articulada pelo ex-ministro Bresser Pereira, promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado (Montaño, 2010).

No ano de 1999, destaca-se a Lei n.º 9.790 que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), e institui e disciplina o termo de parceria com o setor privado (Brasil, 1999). Por meio dessa legislação, o Estado transfere recursos públicos para organizações que realizam parcerias com o setor público, o que se configura como uma forma de privatização de funções do Estado.

Wood (2014), ao tratar do papel do Estado para o capital, no período de financeirização do capital<sup>15</sup> e globalização, afirma que “[...] o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital mesmo – ou especialmente – em sua forma global. A forma política da globalização não é em estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos” (Wood, 2014, p. 18). A autora ainda assevera que “[...] o capitalismo global é o que é não somente por ser global, mas acima de tudo por ser capitalista” (Wood, 2014, p. 18), portanto as empresas devem seguir as leis do mercado.

A ação de grupos empresariais no âmbito da sociedade civil, como o MpB, busca universalizar seus interesses de classe, tendo o Estado como meio para legitimar o processo, o que tornou necessária à sua reformulação, a fim de promover os interesses das determinações do capitalismo (Casimiro, 2018).

Neste sentido, o Estado é concebido como ineficiente e entendido como o responsável pela crise, uma vez que se considera a lógica de mercado como o padrão de qualidade a ser seguido. Isto implica em dizer que as fronteiras entre o público e o privado têm se modificado, bem como as estratégias de superação da crise, por meio do neoliberalismo no contexto da globalização, com a atuação da Terceira Via. Atualmente, o neoliberalismo e seu correlato projeto, a Terceira Via, apresentam o mesmo culpado pela crise, o Estado, e reforçam a concepção de mercado como padrão de qualidade. Freitas (2018) chama a atenção ao conceito de publicização presente na proposta de Bresser-Pereira, no qual há ações privatizantes sendo impostas onde a gestão escolar é transferida para a iniciativa privada, normalmente organizações sem fins lucrativos, contudo, o “pertencimento” da escola permanece ao Estado, não configurando numa alienação física ou venda do patrimônio público.

A intensificação da influência dos Organismos Internacionais<sup>16</sup> na proposição das políticas educacionais ocorreu no período da reforma do aparelho de Estado. O documento basilar neste processo foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Unesco, 1990), originário da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada entre os dias 5 e 9 do mês de março de 1990, na Tailândia em Jomtien. Essa conferência foi convocada por quatro agências internacionais, a saber: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM), o que demonstra claramente a importância decisiva dessas agências, para a

<sup>15</sup> Paulo Netto e Braz (2007, p. 232) esclarecem que a financeirização do capital corresponde às operações situadas na esfera da circulação, tornando-se hipertrofiadas e desproporcionais, em relação à produção real de valores, ou seja, especulativas. De forma que “[...] os rentistas e possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários”.

<sup>16</sup> Sobre a atuação e influência dos Organismos Internacionais na política educacional, indica-se os estudos de Moreira e Lara (2012) e Moreira (2015).

construção de uma agenda internacional para a educação. A partir desse contexto, observa-se que a educação se tornou um campo fértil de investimento.

Freitas (2018) contribui para a compreensão do fenômeno ao estabelecer uma compreensão a partir das experiências norte-americanas, representadas pela *Common Core*, e as transformações brasileiras desencadeadas pelas reformas relacionadas à BNCC e às avaliações padronizadas. Para o autor, essa mudança configura um modelo educacional privatizado e excludente, cujo objetivo principal é atender às demandas do mercado. Ademais, o autor destaca que o avanço da reforma empresarial da educação ocorreu a partir do governo Dilma, principalmente por meio do processo de definição da BNCC, desconsiderando, em certa medida, as especificidades regionais. Embora os defensores da BNCC argumentaram que os estados poderiam adaptar a base incluindo conteúdos adicionais, tal posicionamento foi enganoso, pois, primeiramente, a inexistência de uma educação em tempo integral em escala significativa impedia os estados de ampliar substancialmente o currículo básico; e, em segundo lugar, o sistema nacional de avaliação foi estruturado a partir do conteúdo básico definido, de modo que os acréscimos estaduais não foram considerados nessas avaliações (Freitas, 2018).

Dessa forma, pode-se dizer que uma das intenções evidenciadas no processo de privatização da educação foi a produção de material didático em larga escala nacional pelas grandes empresas, o que se amplificou com a implementação da BNCC nos sistemas de ensino.

É importante retomar que, no Brasil, o movimento do setor empresarial iniciou na segunda metade dos anos de 1970, em virtude da transição da ditadura civil-militar para a Nova República. Nesse período, surgem tentativas de atuação empresarial com objetivo de agir em benefício de seus interesses, defendendo a propriedade privada e a economia de mercado, visto que “[...] a burguesia brasileira já começa a reagir frente às formas de organização das classes trabalhadoras e passa a organizar suas estratégias para adequar-se às novas formas de se relacionar com o Estado em redemocratização” (Casimiro, 2018, p. 39). Assim, parte da burguesia organizou-se para articular ações com intuito de criar ou reestruturar organizações que representassem as novas concepções políticas e ideológicas, que já se encontravam influenciadas pela perspectiva neoliberal (Casimiro, 2018). Ao longo do tempo, o setor privado tem assumido formas diferentes para estar presente na educação brasileira. Esta ação se intensificou especialmente a partir da década de 1990, sob a influência da Conferência Mundial de Jomtien e da necessidade de “[...] produção de uma nova sociabilidade, mais adequada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional [...]” (Shiroma; Garcia; Campos, 2011, p. 227).

Os diversos setores empresariais sempre atuaram de forma individual ou coletiva nas ações voltadas para a educação brasileira. Embora em momentos variados e em formatos diversos, o fato é que sua atuação reiteradamente pressionou o Estado e a definição das políticas públicas educacionais. A ação empresarial, no âmbito educacional adquire organicidade, no Brasil, com a criação do Movimento Todos Pela Educação<sup>17</sup> e, provavelmente, trata-se da primeira vez no país que um grupo, que pertence ao terceiro setor, consegue agrupar os mais diversos sujeitos em prol da educação. Estes sujeitos correspondem a educadores, grupos econômicos, organizações sociais, entre outros, os quais buscam consensos para nortear suas ações.

<sup>17</sup> O Movimento Todos Pela Educação denomina-se como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente, que não recebe recursos públicos. O Movimento foi fundado em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Foi neste momento que a organização apresentou seu marco histórico: a carta Compromisso Todos Pela Educação (Todos Pela Educação, 2020).



Martins (2016, p. 32) explicita que respaldados pela conjuntura e pelas “[...] pressões de agências internacionais [...]” é que os movimentos conseguiram legitimidade para mobilizar “[...] grupos empresariais em prol de uma aliança com o governo e outros setores da sociedade na reorganização da educação pública”.

Percebe-se que o MpB é engendrado por frações de classes da burguesia<sup>18</sup> que se encontram vinculadas ao capital, com forte presença de grupos empresariais, como se visualiza no Quadro 1, no qual se apresenta os grupos empresariais com os quais o MpB está nitidamente relacionado mediante apoio institucional.

**Quadro 1 - Principais grupos empresariais ligados ao MpB**

Apoio institucional	Grupo empresarial
Todos pela Educação	Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve SA, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding SA, Irmãos Klabin & Cia, Grupo Orsa, Grupo Odebrecht, AmBev/Inbev, Bradesco, Banco Santander, Citibank Brasil, Grupo pão de açúcar, Grupo Dpaschoal, Grupo Graber, Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo RBS de comunicação, Grupo bandeirantes, Grupo Positivo, YázigInternexus, Grupo Santilha, Grupo Itaú/Unibanco
Instituto Unibanco	Grupo Santillana, Grupo Itaú, PUC-SP,
Comunidade Educativa Cedac	Editora Moderna, FDT Editora, Grupo Santilha, Votoratim, Grupo Itaú, Sesc São Paulo.
Fundação Roberto Marinho	Cielo, Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), Concessionária Porto Novo, Correios, Eletrobras, Elevadores Otis, Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), Fecomércio RJ / Senac RJ, Grupo Bradesco, Grupo Itaú, Grupo Votorantim, Grupo Águas do Brasil, Natura, Petrobras, SESC/RJ, Samsung, Santander, Sebrae, Shell Brasil, SporTV, Telefônica, Vale/ Fundação Vale/ Fundo Vale, Visa, Vivo.
Itaú BBA	Itaú Unibanco Holding
Instituto Inspirare	Itaú BBA, Oi Futuro,
Consed	Gerdau, Grupo Santillana, Itaú BBA,
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Johnson & Johnson, Takeda, Whirlpool, Cisco, IBM, Santander
Fundação Lemann	Google, Itaú BBA, Associação Nova Escola, Graded (Escola Americana em São Paulo).

Fonte: Macedo, 2021<sup>19</sup>.

Diante do Quadro 1, percebe-se uma evidente ligação de diversos grupos empresariais, de origem e setores diversos, com o MpB, mas que, no conjunto representam uma importante parte da economia brasileira, de maneira que importa saber como esses grupos se organizam para atuar na política curricular da EB brasileira. Como visto, os apoiadores do MpB encontram-se ligados às várias entidades, de modo que é possível verificar a organização de frações da classe burguesa em diversas ramificações econômicas e sociais.

## AÇÃO EMPRESARIAL: GOVERNANÇA E TERCEIRO SETOR

<sup>18</sup> Compreende-se que fazem parte das frações de classes da burguesia aqueles que “[...] agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios (Boito Junior, 2007, p. 59).

<sup>19</sup> Com base nos dados coletados no site das fundações e instituições.

A partir da percepção da ciência política<sup>20</sup>, a governança está associada às alterações na gestão pública, uma vez que se recorre à autogestão de áreas sociais, econômicas e políticas (Kissler; Heidemann, 2006). A terminologia governança é aqui compreendida como uma alternativa para a gestão, cujo objetivo é fortalecer a cooperação entre sociedade civil, empresas e entidades sem fins lucrativos, as quais pertencem ao grupo denominado terceiro setor.

De acordo com os pesquisadores Robertson e Verger (2012) na ótica da governança critica-se a ênfase na eficiência e focaliza-se na efetividade, nos resultados e nos métodos inovadores, no qual a governança educacional “[...] modula a forma, o padrão e o escopo das políticas e práticas, oportunidades e efeitos da educação” (Robertson; Verger, 2012, p. 10). Desse modo, a governança educacional compreende que a coordenação do sistema educacional deve privilegiar a competitividade econômica global, a aprendizagem ao longo da vida, em que se tem uma educação marcada pelo pragmatismo para atender o mercado.

No âmbito das recomendações internacionais, a concepção de governança se legitima nas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Essa afirmação pode ser verificada no livro do BM, intitulado *Governance and development* (Banco Mundial, 1992), no qual se recomenda a maneira pela qual as reformas estruturais deveriam ocorrer, reformas que apresentam a governança como categoria principal. O livro foi elaborado conjuntamente pelo BM e pelo grupo Sarwar Lateef, composto por Coralie Bryant, Randolph Harris, Paul Isenman, Geoffrey Lamb, Andres Rigo, Mary Shirley, os quais contribuíram substancialmente para a redação do livro. As questões abordadas no livro referem-se ao posicionamento do BM em relação à governança. Assim, nas palavras do então presidente do BM, Lewis T. Preston:

A boa governança é um complemento essencial para uma economia e políticas sólidas. Gestão eficiente e responsável pelo setor público e uma estrutura de política previsível e transparente são essenciais para a eficiência dos mercados e governos e, portanto, para o desenvolvimento econômico. A crescente atenção do Banco Mundial às questões de governança é uma parte importante de nossos esforços para promover equidade e desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 1992, p. 5, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Ademais, o BM define governança como “[...] a maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos para o desenvolvimento de um país. Boa governança, para o Banco Mundial, é sinônimo de boas condições de gestão para o desenvolvimento”<sup>22</sup> (Banco Mundial, 1992, p. 1, tradução nossa). O BM (1992) afirma que ter uma boa governança é essencial para manter um ambiente forte e equitativo, isto é, trata-se de um complemento fundamental para o desenvolvimento de políticas econômicas sólidas. Nesse sentido,

Os governos desempenham um papel fundamental na provisão de bens públicos. Eles estabelecem as regras que fazem os mercados trabalharem de

<sup>20</sup> A expressão Ciência política pode ser usada em sentido amplo e não técnico para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais. Nesta acepção, o termo ‘ciência’ é utilizado dentro do significado tradicional como oposto à ‘opinião’ [...] (Bobbio, 1998).

<sup>21</sup> “Good governance is an essential complement to sound economic policies. Efficient and accountable management by the public sector and a predictable and transparent policy framework are critical to the efficiency of markets and governments, and hence to economic development. The World Bank's increasing attention to issues of governance is an important part of our efforts to promote equitable and sustainable development”.

<sup>22</sup> “[...] the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development. Good governance, for the World Bank, is synonymous with sound development management”.

forma eficiente e, mais problematicamente, eles corrigem as falhas do mercado. Para desempenhar esse papel, eles precisam de receita e agentes para coletar receitas e produzir os bens públicos. Isso, por sua vez, requer sistemas de *accountability*, informação adequada e confiável, e eficiência na gestão de recursos e na prestação de serviços públicos (Banco Mundial, 1992, p. 2, tradução nossa)<sup>23</sup>

Dessa forma, por meio da governança, tem-se o suporte para a reformulação do papel do Estado, em escala mundial. Logo, as transformações que ocorreram na função e papel do Estado, a governança, referem-se às novas configurações e à inserção de novos atores nas obrigações primordiais, antes tradicionalmente atribuídas ao Estado.

A governança aprofunda a lógica da Nova Gestão Pública (NGP), uma vez que imprime “[...] transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho do Estado, tido como monolítico, para uma pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos **atores**” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 25-26, grifo nosso). A NGP é um programa que objetiva a reforma do setor público, por meio da aplicação de conhecimentos e ferramentas que regem a gestão empresarial, pois assim ocorrerá uma melhora na eficiência e eficácia dos serviços públicos, ou seja, “[...] o programa da NGP não implica uma retirada do Estado do âmbito dos serviços públicos, mas supõe repensar as funções governamentais da gestão destes serviços” (Verger; Normand, 2015, p. 601, tradução nossa)<sup>24</sup>. Cavalcante (2018, p. 13) identifica que a Nova Gestão Pública (NGP) emerge com maior intensidade nos contextos anglo-saxões, sustentada por uma narrativa ideológica, que articula elementos da teoria da escolha racional, denominada de *Public Choice Theory* e da teoria da economia das organizações. Tal base teórica confere legitimidade a um conjunto de críticas dirigidas ao modelo burocrático tradicional que predominava nas administrações públicas ocidentais. A partir disso, delineiam-se propostas de reforma inspiradas em doutrinas de orientação neoclássica e neoliberal, oriundas do campo das ciências econômicas, cujo propósito central consiste na redefinição do papel do Estado.

Em linhas gerais, a NGP estabelece mudanças na estrutura e no processo de organização do setor público com a finalidade de adquirir melhores resultados, ou seja, objetiva gerenciar o Estado, com base nas diretrizes de eficiência e eficácia e com base nos instrumentos oriundos de organizações privadas (Cavalcante, 2017)<sup>25</sup>.

Assim, o termo governança refere-se à mudança na forma de governar, de forma que contempla novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado e cria mecanismos sutis de governação, por meio dos quais são estabelecidas novas relações entre Estado, o mercado e a sociedade civil; essas novas relações têm seu alicerce na NGP e na concepção de governança, de maneira que propiciam a constituição de redes que exercem influência política (Cóssio, 2015; Newman; Clarke, 2012). Dessa forma, por meio do conceito de governança e NGP, é possível explicitar a organização e a atuação do terceiro setor, visto que por meio das parcerias realizadas se observa a materialidade nas políticas educacionais, especificamente, a partir da consolidação de redes políticas que se organizam em torno do setor público como o MpB.

A lógica da governança é tomada como exemplo de boa gestão, de forma que deve ser apreendida pelo setor público e é fundamental refletir acerca da função da gestão pública no

<sup>23</sup>“Governments play a key role in the provision of public goods. They establish the rules that make markets work efficiently and, more problematically, they correct for Market failure. In order to play this role, they need revenues, and agents to collect revenues and produce the public goods. This in turn requires systems of accountability, adequate and reliable information, and efficiency in resource management and the delivery of public services”.

<sup>24</sup>“El programa de la NGP no implica una retirada del Estado del ámbito de los servicios públicos, sino que supone más bien un replanteamiento de las funciones gubernamentales en la gestión de dichos servicios”.

<sup>25</sup> O autor utiliza em seus escritos o termo pós-NPM, uma vez que este encontra-se na língua inglesa *New Public Management*.

contexto de governança, visto que o papel estatal tomou rumos que geram articulações de atores em rede, produzindo efeitos sobre a sociedade, bem como na política curricular.

Shiroma e Evangelista (2014) chamam a atenção para o propósito estratégico das redes de governança, voltadas à produção de consensos que sustentem a hegemonia do projeto social que representam. As autoras observam que determinados coletivos, como grupos privados, atuando como novos intelectuais orgânicos, mobilizam-se por transformações no campo educacional, ainda orientados por interesses de classe historicamente consolidados. Seu discurso, apoiado em expressões de forte apelo simbólico, tende a obscurecer os reais objetivos em disputa, favorecendo a construção de consensos em torno da suposta urgência de reformas na educação pública. Os intelectuais orgânicos do capital encontram-se na atuação e propagação das ideias, na produção de sentidos. Nesse caso, o conceito de governança justifica a ampliação de serviços prestados pelo terceiro setor, na medida em que são categorizados estrategicamente como relevantes, por exemplo a educação. Nessa perspectiva, o Estado pode delegar determinadas ações ao setor privado ou estabelecer parcerias com atores sociais diversos. Observa-se uma transição do modelo tradicional de Estado prestador de serviços para um Estado que atua como coprodutor do bem público, mantendo a responsabilidade final pela sua efetivação mediante parcerias, conforme prescrevem Kissler e Heidemann (2006).

Numa estrutura de gestão por meio da governança, significa inquirir que o mercado, representante do setor privado, e o terceiro setor, composto de entidades não governamentais sem fins lucrativos, acabam sendo valorizados perante o setor público.

#### Quadro 2 - Modelo dos três setores

Sector público	Sector privado	Terceiro sector
Administração direta federal, estadual e municipal	Mercado de concorrência pura	Organizações próprias (grupos de auto-ajuda e iniciativas comunitárias)
Administração própria (por exemplo, câmaras, universidades, seguridade social, IHK)*	Mercado de concorrência regulada (por exemplo, o sector de energia)	Associações (sociedades, clubes, associações de bem-estar social, cooperativas)
Entidades administrativas de direito privado (por exemplo, DFG,** GTZ,*** Instituto Goethe)	Não se configura como sector privado	Interesses organizados (associações, ações conjuntas)

\* Industrie- und Handelskammer (Câmara de Indústria e Comércio).

\*\* Deutsche Forschungsgemeinschaft (Sociedade Alemã para a Pesquisa).

\*\*\* Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Sociedade de Cooperação Técnica).

Fonte: Kissler e Heidemann (2006, p. 485).

No quadro 2, é possível observar que o Estado passa a não se distinguir, claramente, do mercado e das entidades do terceiro setor, ou seja, o Estado, o mercado e as entidades não governamentais se articulam de diferentes formas. Portanto, faz-se necessário tratar do que Cavalcante (2017) denomina de pós-NGP, visto que diferenciar a pós-NGP da NGP é fundamental para apreender as mudanças no âmbito social, econômico, político e tecnológico uma vez que estas mudanças complexas influenciam o funcionamento, o processo de formulação das políticas governamentais e os seus resultados.

A pós-NGP discute a “[...] evolução na administração pública após a hegemonia da nova gestão pública” (Cavalcante, 2017, p. 7), tendo em vista os princípios e diretrizes da gestão pública com tendências voltadas para a eficiência e qualidade dos serviços, conforme evidenciado no Quadro 3.

**Quadro 3 - Tendências do pós-NGP**

Princípios e diretrizes	Significados
Colaboração e parcerias	Processos colaborativos e de parcerias de formas variadas – dentro do setor público, com a iniciativa privada e terceiro setor.
Redes	Atuação em redes na provisão de serviços públicos (formulação, implementação e controle).
Visão integrada e holística da gestão pública	Premissa de serviços públicos integrados e perspectiva da administração como um todo – coesa e coerente (não fragmentada ou competitiva) – ideia de joined-up government e whole of government.
Accountability e responsividade	Processos de ampliação da prestação de contas e capacidade de respostas da administração pública à sociedade.
Participação e engajamento	Ampliação de canais de participação social no <i>policy making</i> e fomento ao envolvimento da sociedade na gestão pública como valor e fonte de legitimidade.
Liderança	Importância do papel do líder (político, administrativo ou cidadão) na gestão pública, sobretudo, em processos empreendedores.
Coordenação e controle	Fortalecimento das capacidades de coordenação e controle da administração, como forma de gerar coerência e coesão na prestação de serviços públicos.
E-government e tecnologia de informação e comunicação (TIC)	Incorporação frequente do uso de tecnologias da informação para aumentar a transparência do setor público, bem como acesso e envolvimento do cidadão com a administração pública.
Fortalecimento da burocracia pública	Profissionalização e valorização do quadro funcional do Estado com vistas a torná-lo mais eficiente, interdisciplinar e responsivo à sociedade.

**Fonte:** Com base em Cavalcante (2017).

Para o autor, algumas das tendências da pós-NGP não são recentes, o que não sugere que sejam menos relevantes ou ultrapassadas, entretanto, deixam de ser algo inovador, o que ocasiona a ausência, atualmente, de protagonismo na gestão pública. A recorrência de tendências é justificada pela complexidade da administração pública que requer atendimento de diferentes necessidades e perspectivas, assim, “[...] espera-se que as mudanças de caráter inovador na gestão pública, sejam em processos e/ou serviços, advenham da mistura dessas tendências e não necessariamente do foco restrito a uma delas” (Cavalcante, 2017, p. 28).

Uma tendência evidenciada por Cavalcante (2017), na gestão pública pós-NGP, é a fonte inspiradora nas redes que, na administração pública tradicional, estava centralizada no modelo burocrático, ao passo que, na NGP, a fonte inspiradora advém, principalmente, da lógica do mercado, ou seja, o que era aplicado no setor privado passa a fazer parte do setor público; entretanto, na pós-NGP, a inspiração que fundamenta a gestão e provisão de políticas públicas não está nem no âmbito da burocracia, nem no mercado, mas sim, nas redes que se formam, com vistas a atender as diferentes demandas. As diferenças entre NGP e pós-NGP são evidenciadas no Quadro 4 a seguir.



**Quadro 4 - Diferenças entre NGP e pós-NGP**

	NGP	Pós-NGP (governança pública)
Foco	Cliente/consumidor	Cidadão como parceiro
Fonte Inspiradora	Lógica do mercado	Redes
Crenças fundamentais	Eficiência, Competição, Contratos	Confiança, Reciprocidade
Orientação estratégica	Desagregação, Concorrência, Incentivação (pecuniária)	Visão holística e integrada. Colaboração Profissionalização e inclusão
Visão do Estado	Superioridade administrativa do mercado	Fortalecimento da capacidade burocrática (interativa)

**Fonte:** Com base em Cavalcante (2017).

Ainda em um esforço comparativo, destaca-se a aproximação dessas tendências da NGP e da pós-NGP com o conceito de governança na esfera pública, visto que a atuação das organizações do setor público ocorre em uma sociedade pluralista que, atualmente, está fundamentada nas parcerias que são formadas por meio das redes políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este artigo, conclui-se que conhecer a funcionalidade do setor público é fundamental para compreender as ações das organizações sem fins lucrativos, no âmbito das políticas curriculares para a EB, em virtude do fato de que o setor público é constantemente influenciado por fatores de diversas ordens, tais como as transformações que ocorreram nas políticas sociais e econômicas, no qual impactaram o processo de reformulação do papel do Estado, bem como, a sua administração.

O estudo sobre o contexto que propiciou o surgimento do MpB foi fundamental, pois ao analisar o resultado da inflexão do projeto neoliberal, foi possível apreender o aparecimento da vertente teórica da Terceira Via, no qual o terceiro setor adquiriu destaque e viabilização legal para a sua atuação no setor público. No Brasil, o terceiro setor iniciou a sua atuação a partir da década de 1990, com a reforma do aparelho do Estado. Nesse momento, a reformulação do Estado ganha como principal característica a parceria entre o setor público e a sociedade civil, entretanto, a sociedade civil, que realiza parcerias, é composta pelas ONGs, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e por empresários que realizam investimento social privado, como também, por organismos multilaterais. Desse modo, houve implicações para as relações entre o setor público e o terceiro setor, de modo que se objetivava o fortalecimento do setor econômico. Priorizou-se o mercado e o lucro, em detrimento da justiça social, além de propiciar a cooperação entre sociedade civil, empresas e entidades sem fins lucrativos.

A mobilização social da sociedade civil com intuito de colaborar com os municípios, estados e união, na melhoria na EB por meio de programas e ações técnicas e financeiras foi explicitada no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação - Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007) em que no seu Art. 7º estabeleceu o compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que teriam a função de mobilizar-se para o alcance da melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2007).

Este Decreto também estabeleceu a assistência técnica e financeira da União por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) no qual Estados e Municípios que aderissem ao acordo teriam o apoio do Ministério da Educação, orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União, a saber: “[...] I - gestão educacional; II - formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; III - recursos pedagógicos; IV - infra-estrutura física” (Brasil, 2007). Esses eixos, em sua grande maioria, vêm tornando-se mercadoria de institutos e fundações ligados a rede política do MpB, no qual ofertam programas de formação, produção de materiais e venda de assessorias. A cooperação entre o setor público e a sociedade civil, por meio do terceiro setor, proporciona assim, a participação das redes de políticas, no processo de elaboração e implementação de políticas no âmbito educacional.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o neoliberalismo**. Tradução de Fabiane M. Costa. Porto Alegre: Penso, 2014.

BALL, Stephen J. **Políticas educacionais: uma abordagem sociológica crítica**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Governance and development**. Washington, DC: Oxford University Press, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. **Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Consulta Popular, 2001. (Cartilha 7)

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991a.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991b.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 1998a.

BRASIL. Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 1998b.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 mar. 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento nº 227/2013 CE**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**: discurso do Deputado Alex Canziani. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Reforma do Estado**. *In*: REFORMA do Estado e administração pública gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-19.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão pública contemporânea**: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 04, p. 616-640, out./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/25957> Acesso em: 15 jul. 2025

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

COMMON CORE. **Sobre os padrões**. Disponível em: <https://corestandards.org/> Acesso em: 20 jul. 2025

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (org.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 83-120.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Reformadores e base nacional: personagens - I. Avaliação Educacional - **Blog do Freitas**. 2015.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**: ensaios, interpretações e tréplicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001b.

GIDDENS, Anthony. Introdução. *In*: GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via**. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 17-49.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013a.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília, DF: UNB, 1983.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Liberal, 2010.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rwrQDBzcvb7qVLGgdBvdWDH/?format=html&lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2025.

LATHAM, Mark. A terceira via: um esboço. *In*: GIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via**. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 51-64.

MACEDO, Andressa Garcia de. **Políticas curriculares para a Educação Básica e a participação do 'terceiro setor'**: atuação do Movimento Pela Base Nacional Comum e redes políticas (2013-2018). 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARTINS, Livia. Educação e terceiro setor: privatização e reformas no contexto neoliberal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 57-74, jan./abr. 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001). Maringá: Eduem, 2012.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal.** Maringá: Eduem, 2015.

MERKEL, Wolfgang. As terceiras vias da democracia social. *In: GIDDENS, Anthony (org.). O debate global sobre a terceira via.* Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 83-112.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472> Acesso em: 15 jul. 2025.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público.** Brasília, DF: MH Comunicação, 1997.

PAULO NETTO, José; BARZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

PIRES, Daniela de Oliveira. O histórico da relação público-privado e a formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. *In: PERONI, Vera Maria Vidal. Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado.* São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 35-51.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/?format=html&lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; CAMPOS, Roselane Fátima. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos Pela Educação. *In: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas.* São Paulo: Cortez, 2011. p. 222- 248

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, MS, v. 4, n. 11, p. 21-38, maio/ago. 2014.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

VANDERBERGHE, Vincent. Combinación de los controles burocráticos y de mercado en educación: ¿una respuesta a las deficiencias burocráticas y de mercado? *In*: NARODOWSKI, Mariano et al. (Orgs.). **Nuevas tendencias en políticas educativas**: Estado, mercado y escuela. Buenos Aires: Granica, 2002. p. 57-108.

VERGER Antoni; NORMAND Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educación & Sociedad**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, 2015.

VIANA, Nildo. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**, n. 05, p. 4-10, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/792> Acesso em: 15 jul. 2025.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

| Submetido em: 16/07/2025

| Aprovado em: 16/09/2025

| Publicado em: 05/12/2025